

DS

ARTIGO

MP DO AMBIENTE DE NEGÓCIOS

Após atravessarmos um dos piores momentos da história econômica do país na última década e sofrer os reflexos de um longo período de restrições causadas pela pandemia da Covid-19, uma luz no fim do túnel começa aparecer, ainda que de forma tímida.

Isso graças à aprovação da Medida Provisória (MP) 1040, uma reforma microeconômica importante, pela Câmara dos Deputados, que pretende melhorar o ambiente de negócios no Brasil, dando mais celeridade a processos e desburocratizando a abertura de novas empresas.

Elaborada com intuito de ajudar na retomada da economia, a MP conta com a garantia de medidas que vão facilitar a abertura de novas empresas, sem as amarras burocráticas, com mais segurança jurídica e facilidades com o comércio exterior.

Isso possibilita e encoraja para que mais pessoas que trabalham na informalidade formalizem seus negócios, além de facilitar a contratação de colaboradores, gerando mais emprego e renda para a população.

Entre as mudanças destaco a do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), que substituirá todos os demais cadastros de empresas, incluindo a Inscrição Municipal (IM) e Inscrição Estadual (IE).

Desta forma, será possível abrir uma empresa em minutos de forma online e já ter toda documentação e ferramenta para emitir notas, fazer negócios e contratar colaboradores.

Além disso, a MP aplicará classificação nacional de risco naqueles estados que não tiverem classificação própria, e determinará que, em atividades de médio risco, os alvarás de funcionamento e licenças sejam emitidos automaticamente, desde que com termo de ciência e responsabilidade.

A obtenção de alvará e licença automáticos para a abertura de estabelecimentos já ocorre desde junho do ano passado com os estabelecimentos de baixo risco. Juntos, estes dois

grupos representam 90% das empresas registradas.

A MP, também conhecida como MP do Ambiente de Negócios, permitirá que sociedades simples possam ser abertas nas juntas comerciais ao invés de cartórios. Em São Paulo, por exemplo, esse registro é gratuito na Junta Comercial e deve ser entendido para outros estados, já nos cartórios os valores são cobrados de acordo com a quantidade de páginas utilizadas.

Para profissionais liberais a boa notícia é que quanto à cobrança pelos conselhos profissionais, a MP elimina a possibilidade de suspensão do direito do exercício profissional em caso de dívida com valor inferior a quatro anuidades.

Assim como existe a desobrigação que empresas e empresários paguem a anuidade a seus sindicatos representantes, mais liberdade para que as pessoas possam trabalhar e escolher aquilo que acredita ser melhor para sua atividade.

A expectativa do mercado com a nova legislação é fazer com que o país suba ao menos 20 posições no ranking Doing Business, do Banco Mundial.

Hoje, o Brasil ocupa a 124ª posição entre 190 países. O Doing Business mede, analisa e compara as regulamentações aplicáveis às empresas e o seu cumprimento em 190 economias, o que demonstra o índice de facilidade de fazer negócios em uma determinada região.

Ações como essa prometem tornar o Brasil um país mais competitivo, com um ambiente de negócio melhor, o que pode atrair novos investimentos. Nesse aspecto, o Brasil está muito atrasado em comparação com países desenvolvidos com alta carga tributária, burocracia, dificuldade regulatória, em complexidade para se apurar impostos e tantos outros problemas.

A MP promete um ambiente de negócios menos burocrático, mais leve, mais amigável ao empreendedor, o que pode tornar o país mais atrativo para investidores internacionais. Que o Senado faça a sua parte e não introduza jabutis nesta medida como vimos recentemente na privatização da Eletrobrás.

Por se falar em reforma tributária, este é outro importante tema que pode ajudar a atrair investimentos internos e externos.

A complexidade do atual sistema tributário brasileiro afasta investidores e atrasa a vida de quem empreende, produz e emprega no país, isso gerará maior segurança jurídica, e possibilitará que aqueles que desconhecem nosso complexo sistema tributário, tomem decisões de investimento embasadas em uma legislação clara, objetiva e segura.

Junior Macagnam é empreendedor,presidente do Sincalco e vice-presidente institucional da CDL Cuiabá.

JORNAL DIÁRIO DA SERRA	REDAÇÃO
Propriedade da AJOTA	DIREÇÃO DE JORNALISMO
ASSOCIAÇÃO JORNALÍSTICA DE TANGARÁ DA SERRA	Fabiola Tormes
CNPJ: 29.464.235/0001-16	CONTATO
Av. Tancredo Neves - 1247 W - Parque Mansões 78300-000 Tangará da Serra-MT	ds@diariodaserra.com.br
ISSN 22386467	Envie Pautas, Fotos Sugestões e Vídeos para o whatsapp do
	DIÁRIO DA SERRA 
	(65) 3326-4724
	www.diariodaserra.com.br
	www.ds.jor.br
TIRAGEM	DEPARTAMENTO COMERCIAL
1 MIL EXEMPLARES	PUBLICIDADE ASSINATURA
CIRCULAÇÃO	PUBLICIDADE LEGAL
Tangará da Serra, Nova Olímpia, Barra do Bugres, Porto Estrela, Campo Novo do Parecis, Sapezal, Denise, Arenópolis, Nortelândia e Santo Afonso.	Associação Jornalística de Tangará da Serra - AJOTA
CENTRAL DO ASSINANTE	SERVIÇOS GRÁFICOS
(65) 3326.6501 	E. Tormes e Cia. LTDA
	CNPJ: 14.048.123/0001-07
	CONTATO: adm@diariodaserra.com.br
	Fone: (65) 3326-4724



FUNDADO EM 11 DE NOVEMBRO DE 1996
EDIÇÃO ON-LINE DESDE 06 DE SETEMBRO DE 1997
Endereço: Av. Tancredo Neves - 1247 W
Parque Mansões - CEP: 78300-000
Tangará da Serra - MT - Brasil

 www.facebook.com/jornalds  @diariodaserra

FLEXIBILIZAÇÃO

Executivo libera atividades comerciais, prática de esportes coletivos e eventos



Prefeito Vander Masson

A mudança se dá em razão da redução da Taxa de Contaminação

FABÍOLA TORMES / Redação DS

Após deliberação junto ao Comitê Interinstitucional de Prevenção e Monitoramento do Coronavírus em Tangará da Serra, o prefeito Vander Masson (PSDB) informou que as medidas restritivas serão flexibilizadas no município. A mudança se dá em razão da redução da Taxa de Crescimento de Contaminação (TCC), atualmente em 15%.

“Definimos que vamos fazer mais algumas flexibilizações. (...) Liberar todas as atividades, até os eventos, com capaci-

dade máxima de 150 pessoas, incluso os organizadores e trabalhadores ou 30% da capacidade, o que for mais restritivo”, informa, ao destacar que as atividades comerciais voltam a normalidade, sem restrições, de segunda a domingo.

Além disso, foi suspenso o toque de recolher e liberada a prática de atividades físicas coletivas (jogos), assim como a utilização de parques e praças. Os canteiros da Avenida Brasil continuarão restritos.

“Estão liberadas [as praças], porém, vale ressaltar, que se tiver denúncia de aglomerações exageradas, faremos a interdição novamente. Então precisamos da utilização racional, consciente, para que possa-

mos conviver com esse momento”.

Ainda de acordo com Masson, o Comitê Interinstitucional de Prevenção e Monitoramento do Coronavírus seguirá se reunindo semanalmente, todas as quartas-feiras, e “se por acaso tiver alteração significativa, expressiva, de piora, nós faremos [mudanças]”.

BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO – Tangará da Serra registra 172 em isolamento domiciliar e outras 54 pessoas internadas. A taxa de ocupação da UTI pública e privada é de 95%, da enfermaria pública é de 32,14%.

O município acumula 15.498 casos confirmados, 14.959 curados e 313 óbitos. Os dados são do boletim desta quarta-feira, 30 de junho.

MODERNIZAÇÃO

Governo Municipal garante kit-biométrico para Politec de Diamantino

Assessoria

A Prefeitura de Diamantino atendeu o pedido do coordenador da unidade Perícia Oficial de Identificação Técnica (Politec) do município e disponibilizou para uso da população o Kit de identificação biométrica para a confecção de documentos de identidade (RG) no município.

O equipamento deixa a coleta manual com tinte-

ro para trás, digitalizando e modernizando o sistema, que possibilita a atualização da base de dados, dando maior agilidade na coleta e emissão de documentos de identidade que passarão a ser entregue no prazo de 20 dias úteis.

Conforme o médico leiga aposentado e prefeito de Diamantino, Manoel Loureiro Neto (MDB), a tecnologia é uma exigência do Estado para a permanência da Politec no município,

sendo pleiteada pelos servidores da unidade, desde o ano de 2019. “Essa é uma demanda que buscávamos desde o ano de 2019. (...) Agora, na posição de gestor de Diamantino, providenciei a aquisição para que a nossa população não tenha de sair daqui para requerer este serviço, mas sim ter a redução de três meses para cerca de 20 dias para receber os seus documentos”, disse o chefe do Executivo.